

A MÃO ESQUERDA DO ESTADO: ABANDONO E ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM CURITIBA

The Left Hand of the State: Abandonment and Reception of Haitian Immigrants in Curitiba

Pedro Francisco Marchioro¹

Resumo

A imigração haitiana ao Brasil teve início em 2010 com a ocorrência do terremoto em sua capital e com a promulgação da lei do visto humanitário pelo governo brasileiro. Com o visto, milhares de haitianos obstruídos nas fronteiras do Brasil puderam entrar e viver regularmente no país. Essa medida, porém, não foi acompanhada de políticas de acolhimento, deixando-os, em grande medida, à própria sorte dentro do imenso território nacional e expostos a abusos e violações que posteriormente viriam a se confirmar. Foram as ações voluntárias, advindas de universidades, igrejas e movimentos sociais que desempenharam essa função. A partir de entrevistas, observação participante e pesquisa documental, o presente artigo analisa as políticas de acolhimento de imigrantes levadas adiante por instituições públicas ou sem fins lucrativos, em especial os projetos de acolhimento da Universidade Federal do Paraná. Como principal achado, a pesquisa encontrou que tais iniciativas partilham daquilo que se denomina a mão esquerda do Estado, isto é, são instituições e indivíduos (auto)responsabilizados pelo cuidado social em um sistema desenhado para atender ao capital.

Palavras-chave: Mão esquerda do Estado; Imigração haitiana; Políticas de acolhimento; Curitiba.

Abstract

Haitian immigration to Brazil began in 2010 following the devastating earthquake in the capital and the enactment of the humanitarian visa law by the Brazilian government. This visa allowed thousands of Haitians stranded at Brazil's borders to enter and live legally in the country. However, this measure was not accompanied by reception policies, largely leaving them to their own devices within the vast national territory and exposed to abuses and violations that would later be confirmed. It was the voluntary actions of universities, churches, and social movements that fulfilled this role. Based on interviews, participant observation, and documentary research, this article analyzes the immigrant reception policies carried out by public or non-profit institutions, especially the reception projects of the Federal University of Paraná. The main finding of the research is that these initiatives share what is called the left hand of the State, that is, they are institutions and individuals (self-)responsible for social care within a system designed to serve capital.

Keywords: Left hand of the State; Haitian immigration; Reception policies; Responsive act; Curitiba.

¹ Pós-doutorando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). <https://orcid.org/0000-0002-5003-4538>. E-mail: pedro.marchioro30@gmail.com.

Introdução

“Não recomeçamos a nossa história a cada instante, um país também não [...]. A cada instante, toda a história está presente na objetividade do mundo social e na subjetividade dos agentes sociais que vão fazer a história” (Pierre Bourdieu, Sobre o Estado).

Os fenômenos migratórios de grande porte, isto é, aqueles que abarcam grupos de indivíduos pertencentes a uma nacionalidade, etnia ou causa estrutural, carregam duas implicações básicas contra as quais os imigrantes têm de lutar: o apagamento de seu passado e a generalização ou homogeneização daqueles que partilham de sua condição estrangeira. Mas a imigração, por mais dura e sofrida que possa ser, não é um recomeçar do zero. O corpo e a consciência arrastam a história que o imigrante viveu e a geografia por onde passou, as quais se abrem e se atualizam nos contextos de suas ações já na sociedade de destino. Os imigrantes tampouco podem ser igualados aos reunidos em cadastros pela imigração. Pois, a depender da escala em que se os observa, o que se vê são diferenças por toda parte: nas ações e pensamentos, no modo de interpretar a nova realidade e na velocidade e ritmo de o fazer.

Ainda assim, aqueles que imigram são tomados, preguiçosa e arbitrariamente, como “iguais”, como “eles”, como “mão de obra”, seja nos postos policiais das fronteiras, nos dispositivos jurídicos ou na percepção do nativo que os enxerga como uma sequência de mesmos: a mesma cor de pele e o mesmo ruído bárbaro em que se comunicam, nos mesmos bairros em que moram, nos mesmos tipos de trabalho que lhes são reservados, mesma reprodução familiar, enfim, nos mesmos problemas que enfrentam ao serem lançados a uma estrutura viciada e estigmatizante. A generalização é consequência do distanciamento e do desconhecimento. Praticamente todos os grupos imigrantes que chegaram ao Brasil desde o século XIX sofreram efeitos dessa generalização, efeitos positivos e negativos que, de todo modo, concorreram para a manutenção das distâncias, do controle cultural e das representações.

Não só os imigrantes estão sujeitos à inferiorização pelo apagamento de suas diferenças e estigmatização, mas também aqueles com quem se relacionam e que tendem a se avizinhar de suas posições. Assim, os que deles se aproximam por solidariedade ou identificação, sofrem um *estigma de segundo grau*, “já que o que o indivíduo é ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social”.²

Nesse sentido, não se estranha que movimentos religiosos, associações ou partidos solidários aos imigrantes e refugiados sejam atacados segundo os mesmos vieses discursivos. Por exemplo, os movimentos ou partidos solidários aos imigrantes na Europa, pejorativamente chamados “multiculturalistas” ou de “simpatizantes de terroristas”, ou ainda as instituições internacionais ditas “globalistas”, como a ONU e o ACNUR. Uma delas, a Pastoral do Povo de Rua, em São Paulo, conhecida pelo trabalho junto aos moradores de rua e demais setores marginalizados, têm sido alvo frequente de ataques que se intensificam na mesma medida em que se eleva a demanda por seu trabalho devido ao crescimento da população de rua. Segundo o padre Júlio Lancelotti, coordenador da pastoral, esses ataques não se dirigem somente à pastoral ou a um grupo em especial representado por ela, mas ocorrem em razão “do ódio a todo esse segmento de refugiados urbanos”, conceito preciso para designar essa equivalência sociopolítica dos marginalizados, sobrantes de um mesmo sistema.

Foi desse modo que, circulando nas margens ou “no escuro”, como descreveu um entrevistado, os imigrantes encontraram outros agentes predispostos a acolhê-los, escutá-los e oferecer apoio e hospitalidade. Eram nativos e pertenciam às associações civis, grupos religiosos, movimentos sociais e, mesmo, frações de órgãos e entidades governamentais. São os que se ocupam das margens, do obscuro social. Atores que, mesmo quando ligados ao Estado como instituição central, aparecem relegados ao periférico, ao indesejado, ao invisível, às “externalidades negativas”, “consequências impremeditadas”, para utilizar expressão dos economistas. É a eles que aqui se refere como *mão*

² Goffman, 1975, p. 80.

esquerda do Estado, a saber, os setores destinados à saúde, educação, cultura, lazer, às diferentes fases de desenvolvimento em que o sujeito humano carrega maior fragilidade e necessitam maior cuidado, como a infância e a velhice.

No modelo neoliberal, o Estado, ente de representação do social e reflexo da correlação de forças de seus membros, assume sua forma ótima de suporte aos processos acelerados de acumulação do capital. Daí a centralidade dos ministérios, secretarias, receitas e medidas voltadas ao mercado, e a marginalização das mesmas instâncias que têm no social o seu fim. Essa configuração parece estar na razão do contexto de chegada dos haitianos ao Brasil. Sua entrada foi autorizada com as devidas regulamentações normativas, porém não o seu acolhimento enquanto sujeito portador de cultura e necessidade de desenvolvimento humano. O simples visto de entrada, quando desamparado de medidas protetivas e habilitantes do sujeito humano em sua plenitude social, estaria afinado com a redução do corpo à coisa, em que o imigrante se torna, ao invés de agente, mero portador de mão de obra, energia física a ser extraída.

O presente artigo se debruça sobre os movimentos e grupos que têm se incumbido de acolher os imigrantes e oferece-lhes suporte para a integração positiva na sociedade de destino. É o resultado de uma pesquisa de doutorado sobre as migrações haitianas em Curitiba, Paraná, concluída em 2021 e de sua continuação no pós-doutorado ora em andamento. Em sua elaboração, a pesquisa se valeu de entrevistas com integrantes dos grupos abordados, análise documental, observação participativa e descrição contextual.

Acompanha-se aqui o desenvolvimento de uma das mais expressivas iniciativas de acolhimento da região: o programa Português Brasileiro para Migração Humanitária, ou PBMIH. O programa teve início em 2013 e se institucionalizou em 2015. Até 2021 tinha recebido cerca de cinco mil alunos imigrantes. Originou-se de um pequeno grupo de voluntários que se incumbiu do ensino da língua aos imigrantes. Esses voluntários foram entrevistados e suas falas substanciam a construção deste artigo. Dessa iniciativa, como se verá, desdobraram-se outras, condizentes às demais dimensões que envolvem a

totalidade da vida do imigrante em seu entorno. Todas desenvolvidas segundo uma mesma linha disposicional, segundo um mesmo espírito responsivo, isto é, voluntário, ativo, humanista e engajado, frente a um cenário de inação dos poderes públicos e sobretudo da mão direita do Estado.

A imigração haitiana e o Brasil

A imigração haitiana é tão ou mais antiga quanto o tempo de vida de seu Estado-nação. Pelo menos desde o período colonial se tem registro do tipo de mobilidade interna e externa que posteriormente assumiria a figura da grande diáspora. De lá para cá a migração no Haiti tornou-se uma instituição central, uma tradição, espécie de inconsciente coletivo entre seus nacionais que nela projetam as suas vidas e a de seus familiares. Desde o final do século passado, as pesquisas concordam em estimar que cerca da metade dos haitianos, cinco milhões, vive fora de seu país.

Para o presente artigo, importa evidenciar que a migração haitiana se diferencia em ciclos históricos que, no conjunto, demonstram a redução ao caráter laboral que se faz dos haitianos – ainda em continuidade com a condenação escravocrata – de disponibilização de sua energia vital conforme a estrutura produtiva de cada contexto, semelhante ao que se verá no recente caso brasileiro.

Um primeiro ciclo migratório se deu entre 1915 e 1934, quando as forças armadas americanas ocuparam o Haiti e a República Dominicana simultaneamente (1912-1924). Desenhou-se aí uma nova divisão do trabalho para o triângulo caribenho, em que Cuba e República Dominicana se reforçariam mutuamente na indústria primária de cana-de-açúcar para exportação, cabendo ao Haiti o fornecimento de mão de obra barata a ser explorada nessas plantações³ (Audebert, 2011). Os haitianos ficaram ali conhecidos como “*braceros*”, e migraram regularmente para Cuba entre 1913 e 1931. Calcula-se que, durante a ocupação norte-americana do Haiti, cerca de

3 Nessa divisão, os Estados Unidos fariam investimentos até cem vezes superiores àquelas ilhas em comparação com o que foi destinado ao Haiti, o que reforça a caracterização dos haitianos como mão de obra bruta.

200 mil camponeses tenham se destinado às plantações na República Dominicana, e 400 mil em Cuba (Moraes, 2017).⁴

O segundo grande ciclo de emigração haitiana se deu na década de 1950 com destino às Bahamas e ao arquipélago vizinho das Ilhas Turcas e de Caicos. Inicialmente trilhado por trabalhadores enviados aos plantios de bananas daquelas ilhas, posteriormente o circuito foi aproveitado por pescadores que, valendo-se das vias de comércio abertas com essas costas, passaram a se instalar aí. A maioria desses migrantes provinha das classes populares e das regiões norte e noroeste do país. Com a independência das Bahamas, em 1973, iniciou-se um movimento de fechamento das fronteiras e repressão aos haitianos. Estes retornaram ao Haiti ou aproveitaram -se de uma nova rota que apontava para Miami (Audebert, 2011; Handerson, 2015).

O terceiro ciclo da emigração haitiana teve início nos anos 1960, com a instauração do governo de François Duvalier entre 1957 e 1971. Perseguidos, os opositores de Papa Doc fugiram para os Estados Unidos vindo a se instalar em Nova York, Boston, posteriormente avançando à Flórida e Miami. Também migraram para a França, e lá se concentraram em Paris. Essa migração compreendia uma classe média no Haiti, em termos de capital político, cultural e de capital econômico. Nos anos 1970, já no governo Baby Doc (filho de JF Duvalier), essa dinâmica migratória se estendeu às classes baixas. Foi nesse período, entre 1977 e 1981, que detonou o fenômeno dos *boat peoples*: entre 50 e 70 mil haitianos jogaram-se ao mar em boias, pneus, jangadas improvisadas esperando atingir as costas da Flórida. Muitos foram os que ficaram pelo mar.⁵

A queda dos Duvaliers, no final dos anos 1980, trouxe ainda maior instabilidade. O Haiti foi um dos laboratórios de implementação do receituário neoliberal e das políticas de desindustrialização, além da redução e mesmo eliminação das tarifas alfandegárias e demais políticas de proteção social. O

4 Audebert fala em cerca de 50 mil haitianos que teriam passado por Bahamas na segunda metade da década de 1970 rumo a Miami.

5 O fenômeno é absolutamente atual. Pra se ter uma ideia, no começo de 2024, o jornal *Le National* publicou o relatório anual do Ofício Nacional da Migração (ONM), no qual informava que, em 2023 houve a interceptação no mar de 2.490 cidadãos haitianos, a deportação de 135 e a repatriação de 4.009 migrantes, vindos dos Estados Unidos, México, Cuba, Jamaica e Turquia.

resultado:⁶ de 27,4% dos trabalhadores informais em 1982 o número saltou para 56,4% em 1999. De 7% de desempregados em 1991, para 17% em 2007 (40,6% de desempregados. Quanto aos índices de pobreza, em 1980 a porcentagem era de 38%, e em 1990 subiu para 62% (ACNUR, 2019).

Finalmente, o quarto fluxo de mobilidade haitiana foi deflagrado pelo terremoto de 2010, tendo como novos destinos a América do Sul e o Brasil. Além do terremoto e das calamidades dele decorrentes,⁷ houve outras duas motivações dos haitianos para virem ao Brasil: o fechamento das fronteiras dos Estados Unidos e Canadá, seus destinos preferenciais, e as medidas de apoio e hospitalidade oferecidas pelo governo brasileiro aos haitianos, tais como o visto humanitário e o acesso a um mercado de trabalho à época ascendente no quadro global.

Os haitianos foram os únicos imigrantes amparados pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 (RN 97/2012), do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que dispõe sobre a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti. Com essa resolução, qualquer haitiano que comprovasse residência no Haiti e não tivesse antecedentes criminais poderia solicitar o visto por razões humanitárias.

A chegada, o abandono e o acolhimento

Embora o governo brasileiro tenha se mostrado disposto ao acolhimento dos haitianos com a promulgação do “visto por razões humanitárias” devido ao “agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010”,⁸ não se articulou para promover as condições de recepção, interiorização, instalação e sobrevivência dos haitianos no Brasil. A crítica a essa debilidade quanto às políticas de acolhimento responde a três pontos. Primeiro, a formulação da RN 97/2012,

6 Assim colocado por Aspileire em sua tese sobre o tema, e pelo próprio Instituto Haitiano de Estatística e Informação.

7 Nesse mesmo ano o Haiti foi palco de um surto de epidemia de cólera, segundo a ONU e o IHSI, ocasionada por tropas da Minustah, levando à morte mais de 8.000 haitianos

8 O dispositivo refere-se à Resolução Normativa nº 97, de 2012, formulada “em caráter especial” pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Pode ser encontrada em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/informacoes-gerais-2>.

referente ao visto humanitário exclusivamente para os haitianos, deteve-se sobre o terremoto de 2010 enquanto uma *crise ambiental*, concluindo, então, que não existiam no Haiti características que possibilitassem enquadrar os migrantes no código de refúgio. Desse modo, os haitianos ficariam privados de grande parte dos direitos e proteções atribuídas aos refugiados. Ante a ausência de um dispositivo ideal, restaram vazios normativos que, na prática, geraram dificuldades na concessão e exercício de direitos (Friedrich; Benedetti, 2016).

O segundo ponto se refere à inexistência de políticas de conscientização e preparo dos brasileiros para a recepção da imigração haitiana. Brasileiros, frise-se, marcados por racismo secular em sua dimensão econômica, cultural e sobretudo em suas políticas migratórias implementadas desde o final do século dezenove justamente para o embranquecimento da nação alicerçada no trabalho escravo/negro. E, um terceiro vazio deixado pelo Estado brasileiro está na falta de planejamento e de mobilização de instituições aptas a identificar, diferenciar e encaminhar os haitianos segundo suas aspirações, qualificações e competências – tal como fizera nos níveis federais, estaduais e municipais com as imigrações vindas da Europa na virada do século XIX para o XX (Villen, 2017). O que, de certo modo, deixa subentendida a percepção do imigrante haitiano como imigrante genérico, desqualificado, sem tradição ou cultura laboral específica, portador unicamente de força de trabalho e não sujeito de experiências e projetos de vida.

Particularmente em Curitiba, os imigrantes estavam largados à própria sorte, às margens da sociedade curitibana e região metropolitana. Foi aí que as universidades, igrejas, movimentos sociais e instituições filantrópicas os encontraram e se incumbiram de ocupar aqueles vazios deixados pelo Estado. São entidades existentes, em certa medida, também nas margens, daí ter ocorrido esse encontro. Marginais porque, ainda que de algum modo ligadas ao Estado, o fazem a partir de suas franjas, isto é, distanciadas dos pontos que lhe são centrais. São aquilo que Bourdieu chamou “a mão esquerda do Estado”: setores como a saúde, a educação e a cultura, que passaram a ser cada vez

mais esquecidas em prol da atenção voltada às agendas econômicas (Bourdieu, 2019).

Assim, a imigração haitiana no Brasil é um caso exemplar do que significa ser um “periférico na periferia” (Villen 2017), conceito que toca tanto os grandes recortes geográficos (haitianos periféricos na América Latina, no Brasil periférico no sistema mundo), quanto as pequenas e médias escalas, níveis e dimensões. Nesse sentido, também o mapeamento dos espaços subjetivos, tanto dos que acolhem quanto dos que são acolhidos, pode revelar a mobilização de afetos e disposições que são marginais em relação às hierarquias emocionais e sensíveis, cuja centralidade – se tomarmos a formulação desde os clássicos Marx, Durkheim, Simmel e Weber, até os modernos Adorno e Horkheimer –, está reservada ao racionalismo econômico, ao ascetismo mundano, à impessoalidade e ao anonimato, à razão instrumental e aos frios laços do interesse. A indignação e a revolta, a empatia e solidariedade, o sofrimento e a angústia, o zelo e o cuidado estão entre as disposições afetivas que prevaleceram na criação dos programas e projetos de acolhimento dos imigrantes. São também essas disposições que sustentam os integrantes desses programas em meio à série de empecilhos conjunturais com que se defrontam. Estes empecilhos vão desde os formalismos vazios do direito – excludente mais do que inclusivo –, até a discriminação racista, sexista e classista da sociedade de destino da imigração.

O mesmo se dá quanto ao gênero: grande parte das profissionais que formularam e atuaram na estrutura do PBMIH e demais projetos de acolhimento são mulheres.⁹ Sobretudo no regime neoliberal de divisão do trabalho, são elas que ocupam esses espaços, que sofrem a carga de enfrentar os embates com a “mão direita” e que sofrem

as contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados “trabalhadores sociais”: assistentes sociais, educadores,

9 Para a pesquisa, essa distribuição de gênero se revelou em todos os espaços. A exemplo, nos dois grandes livros lançados no programa analisado – Refugio e Hospitalidade (2016) e Movimentos, memória e refúgios (2020), as mulheres aparecem, no primeiro caso, em uma proporção de 20 contra 9 homens e, no segundo caso, de 65 contra 36 dos homens.

magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos “gastadores”, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado (Bourdieu, 2019, p. 7).

Políticas de acolhimento

Os haitianos começaram a chegar ao Brasil a partir de 2010, mas foi entre os anos de 2013 e 2016 que se avolumou o seu fluxo, alcançando o número de 50 mil em 2013, quando passaram à primeira nacionalidade imigrante no país (Cavalcanti *et al.*, 2017).

Inicialmente apresentando-se nas regiões Centro e Norte do país, foram aos poucos se dirigindo às porções Sul e Sudeste. Essa interiorização se deveu à rápida absorção que encontraram no mercado de trabalho dessas regiões, e foi conduzida tanto voluntariamente, isto é, pelos próprios imigrantes que se comunicavam e se moviam em suas próprias redes migratórias, quanto por empresários e industriais que acorriam à fronteira do país a fim de recrutá-los para suas fábricas.

Assim, em 2010, o Paraná registrou 42 haitianos em seu território, espalhados pelas cidades de Curitiba e Região Metropolitana. Em 2016, quando o Estado já contava mais de sete mil haitianos, sua capital tinha mais de dois mil deles no mercado formal de trabalho. Já nos primeiros períodos, entre 2010 e 2013, os haitianos levaram reclamações às prefeituras e demais instituições de Curitiba e Região Metropolitana (RMC) por alguma assistência, em especial em relação ao idioma, para vencer os entraves que encontravam, principalmente em relação ao mercado de trabalho. A prefeitura, desarmada quanto ao problema, repassou a demanda às vias institucionais que lhe pareciam mais adequadas, dentre elas, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

As respostas práticas às carências repassadas pelos poderes públicos foram bancadas por indivíduos, em sua maioria mulheres, e não por

instituições ou seus programas. É importante ter isso em relevo para melhor apreender o caráter voluntário e responsivo das ações das quais dependeram os imigrantes, assim como lançar luz aos espaços marginais de que partiram.

Os sujeitos que aqui serão apresentados tomaram parte no que viria a ser um dos mais exitosos projetos de acolhimento do Estado e seguramente do país: o Português Brasileiro para Migração Humanitária, ou PBMIH.¹⁰ Foram inicialmente três ou quatro indivíduos que, vendo-se provocados pela presença dos imigrantes que solicitavam um primeiro impulso para retomarem suas vidas na nova sociedade, optaram por encará-la, quando poderiam não o ter feito. Pessoas que, em suas palavras, viram-se “obrigadas a fazer alguma coisa”. Mas por quê?

Para responder a esses pontos, ofereço algumas passagens recortadas de entrevistas feitas com as professoras e criadoras do PBMIH. A primeira fala é da professora Souza¹¹, e reconstrói o contexto em que se deu a criação do curso, o ambiente que se vivia, a pressão e o risco que se correu ao prometer o curso “a partir do nada”, isto é, sem garantias de poder cumprir a promessa.

A demanda do que viria a ser o PBMIH chega no meu email do Celin,¹² justamente por saber que lá a gente cuidava de estrangeiros. Então acho que foi aquela coisa de manda pra um que manda pra outro, até que chegou em nós: “bom, lá eles cuidam dos estrangeiros”. E isso me inquietou, assim, porque foram uns três emails diferentes: um da prefeitura, outro de professor, outro de um imigrante que tava morando na paróquia de uma igreja e conhecia a gente. Então, eu vi que, num período muito curto, chegaram essas demandas bem pontuais pra haitianos (nesse momento era especificamente pra haitianos), e aí, eu já como professora atuante de português pra estrangeiros, há muitos anos nesse papel de coordenação, **eu sabia que a gente tinha que fazer alguma coisa**. Daí chega na minha pessoa e eu articulo de convencer primeiro a diretora da época, que era a M. do Celin, e o professor J.A., que era o coordenador do Curso de Letras, e que é um amigo meu, e a gente topa: “vamos fazer isso!”. E foi aí que a gente foi na Associação dos Haitianos conversar num fim de semana. E duas semanas depois dessa conversa **a gente deu a data de início sem ter absolutamente nada!** Sem ter professor, material, aluno, sala. Então, acho que foi muito dessa inquietação, assim, de saber que se alguém tinha que fazer alguma coisa

10 Tendo em vista que foi e ainda é predominantemente às regiões Sul e Sudeste que imigrantes haitianos, venezuelanos e sírios se dirigem e se instalam. Para uma análise comparativa com programas semelhantes de outras universidades, ver Ruano (2019).

11 Os nomes são fictícios.

12 Celin: Centro de ensino de Línguas da UFPR.

era a gente que tinha algum tipo de know-how, e que era o papel da Universidade, enfim. Eu sempre entendi dessa forma. E assim surge o PBMIH, lá em 2013.

Joana, outra professora atuante ainda no início do PBMIH, expõe a profunda diferença entre os alunos estrangeiros e os cursos regulares a que estava habituada enquanto professora, e os novos migrantes refugiados. Diferenças que, na prática, exigiram nova abordagem, não só técnica profissional, mas emocional e sensível – uma reformulação da matriz ética e filosófica de cada professor e professora, que demandava o cumprimento daquele percurso inverso, se não físico, então mental, da sala de aula para as situações de vida dos imigrantes.

Como eu disse, os alunos migrantes estavam inseridos em um ambiente diferente [daquele dos alunos estrangeiros universitários], um ambiente hostil, em que eram explorados porque não conheciam seus direitos. Essas questões chegavam até nós em sala [...], aluno que reclamava de que o patrão havia detido sua carteira de trabalho, ou aluno com fome, que não tinha comido nada o dia inteiro [...]. Começou a ter casos de mulheres abusadas sexualmente e que chegavam até nós. Não tinha jeito. Então a gente teve que trazer esses assuntos para a sala de aula. A gente se mobilizava no grupo de professores pra tentar buscar meios de abordar esses conteúdos. Então [por exemplo, em sala de aula] a gente didatizou o processo de entrevista de emprego, [...] de entender os direitos do trabalhador, [...] sobre o postinho médico. Porque muitos chegaram numa época de inverno e tavam tendo muitas enfermidades por conta do frio.

Dos trechos supracitados podemos destacar os elementos que subsidiarão a construção do rico e complexo programa de acolhimento da UFPR. Essas primeiras impressões, os impulsos éticos e responsáveis atuantes na criação do programa ensejarão a construção de projetos associados ao PBMIH visando dar conta dos demais problemas que os imigrantes passaram a trazer – projetos direcionados, por exemplo, aos cuidados psíquicos e de saúde, à proteção jurídica, ao desenvolvimento de autonomia através da competência digital, laboral e sociocultural e outros.

O princípio do acolhimento irrestrito

O complexo desenho do funcionamento do Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), seus horários, sequências, serializações, formato e método das aulas, a despeito de contar com a experiência de professores e alunos, foram se fazendo conforme o andamento dos encontros.

Quando receberam as primeiras demandas dos novos imigrantes, o Departamento de Letras da UFPR ainda não detinha uma disciplina que preparasse professores para tal público. Ali se contava apenas com experiência de ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE), direcionado a estudantes estrangeiros que estavam no Brasil em programas de intercâmbio, a maioria bolsistas e, portanto, de perfil universitário, com uma relação específica com o aprendizado da língua. Assim, as demandas trazidas pelos (novos) migrantes e refugiados logo se mostraram superiores àquilo que poderiam oferecer os modelos pedagógicos então vigentes nos cursos de línguas universitários. Uma das voluntárias entrevistadas, que trabalhou no início do programa, comentou: “O nosso tempo não era o tempo deles. Eles diziam que precisavam do português o mais rápido possível”.

Os novos imigrantes eram mais numerosos, expunham feridas recentes de uma migração penosa, em geral feita por rotas clandestinas, além dos graves problemas que vivenciavam na totalidade da vida para além da sala de aula. Traziam às aulas filhos e parentes, moravam longe do centro da cidade e precisavam de trabalho. Aparentavam estar cansados, com fome e com frio. Tinham sido violados em seus direitos ou mesmo em sua integridade física. Era necessário, portanto, reformular a matriz linguístico-pedagógica no sentido de preparar os imigrantes para responder às situações que reportavam: para alugar casa, conseguir trabalho, documentos que os regularizassem para que pudessem ter renda e reproduzir suas vidas.

Não se tratava de unidades didáticas habituais dos métodos de ensino de línguas: “no aeroporto”, “no hotel”, “no restaurante”. As alunas e os alunos que procuravam as aulas de português do PBMIH precisavam procurar emprego; comprar feijão no supermercado; aprender a pegar ônibus. O que era identificável como necessidade linguística passou então a constituir a própria base teórico-metodológica dos cursos (Gabriel *et al.*, 2020).

O programa de ensino-aprendizagem tinha de ser investido sobre um plano de caráter de urgência que, ao mesmo tempo, se desenrolasse com muita cautela, ajustada ao tempo de aprendizado desses alunos refugiados avessos ou nem sempre afeitos ao perfil universitário dos estrangeiros intercambistas:

Enquanto as turmas de PLE do Celin-UFPR são constituídas, majoritariamente, por intercambistas e estrangeiros que possuem bons trabalhos no Brasil e, conseqüentemente, uma condição financeira favorável, os cursos do PBMIH são compostos em sua maioria por alunos que estão atravessando alguma dificuldade financeira. Assim, no primeiro caso, o professor pode se dedicar prioritariamente às questões linguísticas/culturais que emergem nesse ambiente de ensino-aprendizagem; já no contexto do PBMIH, além do conteúdo programático previsto, o docente precisa lidar com outras questões particulares, como, por exemplo, aquelas relacionadas aos alunos que não podem frequentar as aulas por não terem dinheiro para a passagem ou para comerem fora de casa (Ruano, 2019).

Outro público, outras necessidades, outras respostas. Assim, no PBMIH desenhou-se um conjunto de linhas de ação e avaliação de suas práticas para o cumprimento de seu objetivo final, ou seja, o ensino do português brasileiro como língua de acolhimento. Esse fim foi centralizado e a língua, enquanto instrumento empregado na realidade prática, teve de se autonomizar da norma escrita, a qual pressupõe invariabilidade no tempo e na imensa extensão espacial do território brasileiro.

Uma vez munidos de teoria e método, e público-alvo perfilado, o andamento do projeto foi revelando que, para o cumprimento dos propósitos assumidos, era preciso compreender o contexto geral em que o imigrante se movimentava. Em 2013, em meio às negociações,¹³ o PBMIH ganhou autorização para abrir-se à comunidade não acadêmica e funcionar em um espaço próprio no prédio da Reitoria da UFPR aos sábados para atender aos alunos. Nesse mesmo ano, tornou-se projeto de extensão.

Em seu primeiro ano, ainda em 2013, foram abertas quatro “turmas-piloto” de Português como Língua Estrangeira (PLE) para haitianos e, no segundo ano, 2014, foi aberta uma turma para vinte refugiados sírios. Desde o

13 Negociações com o CEPE: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR.

início, havia a preocupação em repensar os modos de ensino respeitando as diferenças dos imigrantes, nesse primeiro momento, relativas principalmente às diferenças estruturais da língua que sírios e haitianos traziam, às quais se incorporaria o português brasileiro.

O dia das aulas também foi objeto de discussão: os imigrantes, em função da jornada de trabalho que cumpriam, pediram para que os cursos ocorressem aos domingos. A Universidade, no entanto, rejeitou o pedido alegando que aos domingos deveria permanecer fechada por razões administrativas. Finalmente, acordou-se que os cursos ocorreriam aos sábados à tarde, e para aqueles que não pudessem comparecer regularmente, seriam pensadas alternativas durante a semana para compensar as faltas e reforçar o aprendizado.

Nesse sentido, a irregularidade da frequência dos migrantes em aula se mostraria uma constante, devido à sua própria condição incerta, principalmente nos primeiros períodos de sua chegada, procura de casa, trabalho etc. Uma das respostas aí esboçadas – e que viria a se consolidar – é o método de “ensino em trânsito” ou da “porta-giratória”. Por esse método, cada aula era pensada por inteira, isto é, tendo nela mesma o início e o fim de um tema ou conteúdo, independente das aulas anteriores ou futuras. Com isso os alunos que perdessem alguma aula poderiam retornar na seguinte sem grande prejuízo para o acompanhamento da aula.

Como a estrutura das turmas também foi pensada para atender turmas pequenas, com no máximo vinte alunos, visando dar conta de um ensino-aprendizagem consistente, a chegada contínua de mais migrantes e refugiados e da variação de suas nacionalidades obrigou a abertura de novas turmas.

Com as turmas em funcionamento e os migrantes continuando a chegar, criou-se um esquema de inscrição de acordo com as vagas disponíveis e uma lista de espera para as novas vagas. Aqui se iniciou a coleta de informações como número de telefone, e-mail e endereço do candidato; assim, quando abrisse uma vaga, poder-se-ia informar os candidatos da lista de espera para que a preenchessem.

O passo seguinte foi a abertura de turmas separadas por níveis de ensino-aprendizagem do português: a turma do Básico I e II, o Pré-intermediário I e II, o Intermediário I e II, as turmas do Avançado, e assim por diante. Destaco que essa serialidade se deu em obediência à evolução dos próprios alunos e de suas demandas por níveis mais elevados de aprendizado da língua portuguesa e não por uma imposição vinda de cima, de alguma recomendação da educação tradicional. Assim, por exemplo, nos últimos anos se observará alunos conformarem turmas cujos nomes foram adotados ao sabor do imprevisto, “pré-vestibular” e outras, demonstrando esse caráter de ajuste e de entrelaçamento estreito entre demanda dos alunos imigrantes e resposta do PBMIH.

Além de pouco numéricas em termos de alunos, as turmas foram pensadas para terem presente sempre mais de um professor, em ações complementares em que, por exemplo, enquanto um professor passava o conteúdo e as instruções para o exercício em sala, o outro observava e respondia às dificuldades individuais.

A formação da equipe de professores do PBMIH era pensada em reuniões em que tratavam de aspectos formais da língua, expunham suas experiências em sala de aula, as atividades que funcionaram ou não, as características e especificidades da turma, e discutiam metodologia, planejamento e outros tópicos relevantes ao melhor funcionamento do PBMIH.

Vale acrescentar que, para aqueles alunos com filhos, era oferecida uma turma junto às aulas do PBMIH, com atividades infantis ministradas por estudantes de letras e educação, e acompanhadas por alunos da psicologia. Até 2023 já haviam passado cerca de cinco mil imigrantes pelo PBMIH.

Salto institucional do PBMIH

Uma vez em funcionamento, o PBMIH rapidamente se defrontou com seus limites. Como esperado, os alunos traziam para a sala de aula toda a bagagem que tinham acumulado e continuavam a acumular no processo migratório. Os exercícios de comunicação em situações concretas revelaram

situações de violência e hostilidade pelas quais os migrantes passavam. Situações às quais, extrapolando a competência do PBMIH, foram reportadas ao Departamento de Direito que se prontificou a resolvê-las.

Na fala a seguir é possível notar uma centralização do uso do termo *sensibilidade* quando Souza, a entrevistada, quer se referir ao modo como foi feito o recrutamento dos primeiros professores profissionais para embarcar no projeto ainda embrionário do PBMIH. Ela o faz abrindo uma diferença quanto aos interesses ligados à carreira, aos ganhos simbólicos e materiais dispostos nas transações normais de uma carreira, posto que, naquele momento, o projeto de acolhimento dos imigrantes não prometia nada ou não muito mais do que a possibilidade de ver os ideais humanitários, políticos, éticos atendidos. Foi à sensibilidade que se teve que apelar:

E daí eu e o J.A. a gente vai até o G. sem conhecê-lo, porque a gente sabia que a gente precisava do Direito, e de boca a boca, tipo: “no direito quem trabalha com isso? Quem é da extensão?”. Aí respondiam: “o professor G. é da extensão, vocês têm que falar com ele”.[...] Então a gente foi falar com o G., por saber que ele era uma pessoa sensível. Ele falou “Bom, a gente acabou, coincidentemente, em 2013, assinando o acordo com a Cátedra”, então veio muito a calhar. E embora eles não tivessem ainda começado nada específico, eles tinham acabado de firmar o acordo. E aí eles [o Direito] começaram o projeto logo depois da gente. Minha mãe foi reitora da UEL, enfim, também muito ligada à extensão, ela me indicou o professor L.A., que era da informática. E logo depois eu falei com o professor L.A., de uma forma muito informal, assim, já direto sabendo que **era uma pessoa mais sensível a essa causa** dentro da computação, e foi o que deu super certo, né. Então, isso foi muito bonito assim, da construção, porque foi muito dessas relações pessoais, não foi nada burocrático, não foi nada via departamentos. **Foi muito dessa sensibilidade, de pessoas sensíveis que a gente foi conseguindo costurar essa rede nesse primeiro momento**. E os primeiros projetos foram justamente esses: direito, psicologia e informática.

A participação do Direito – aqui na figura da OAB do Paraná e do Departamento de Direito da UFPR – significou um salto de qualidade para o PBMIH. Desde os primeiros momentos da chegada dos imigrantes, estas entidades foram acionadas em paralelo, por exemplo, à Polícia Federal.

O envolvimento do Direito também teve como efeito a atração de outros parceiros decisivos ao PBMIH, como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello e o

ACNUR, as pontes com a Prefeitura de Curitiba, assim como emprestou maior visibilidade ao programa através de publicações em livros impressos, eventos e seminários condizentes ao tema do projeto, facilidade de trânsito por instituições e prédios da cidade.

Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB)

A parceria com o Direito sinalizava a evolução e diversificação para atender às demais demandas dos imigrantes, não somente à questão da língua. Criou-se assim o programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), sob o qual o PBMIH ficou abrigado junto a outros cinco projetos de extensão. São eles: o projeto de atendimento jurídico do departamento de direito; o projeto de atendimento psicológico aos migrantes, desenvolvido pelo departamento de psicologia; o projeto Caminhos do SUS do departamento de medicina; o projeto de capacitação em informática do departamento de informática; a oficina de história do Brasil do departamento de história, e o grupo de pesquisa sobre migrações internacionais e multiculturalismo, do departamento de sociologia ao qual eu me vinculava.

Com o PMUB, o imigrante era finalmente acolhido em uma base de cuidados e de encaminhamentos análoga a um universo institucional, com uns responsáveis pelos documentos, outros pela saúde física e mental, pela comunicação e assim por diante, com a ressalva de que esse universo era encarnado por essas pessoas engajadas na manutenção do programa segundo seu princípio de acolhimento irrestrito.

Em sua entrevista, Souza partilha dessa percepção evolutiva do PBMIH, porém colocando ressalvas quanto à conquista definitiva desse caráter juridicamente institucionalizado:

Até hoje a gente duvida se realmente existe essa segurança institucional. E mesmo o programa, às vezes a gente se questiona com tudo isso que tá acontecendo [nas políticas educacionais]... **Porque [o PBMIH] continua nas mãos de pessoas, isso não está institucionalizado até hoje. Tá na mão realmente de pessoas físicas.** Isso é um pouco perigoso, no meu ver, porque em alguns momentos a gente também não tem força. Se eu saio, se a T. F. sai, se alguém sai, só a Universidade

não assumiria, não está pronta pra assumir. Então eu sinto isso, que tá nas mãos de pessoas.

Considerações finais

Em conclusão, a origem do PBMIH está no encontro das demandas dos migrantes e das respostas dos atores que as receberam, em geral orientadas à condição imediata em que se encontram os imigrantes recém-chegados, na busca de trabalho para aquisição de renda e da regularização de sua situação (documentos para trabalho, para obtenção de habitação e circulação social). Abriu-se aí um novo cenário de ingresso massivo e inédito de migrantes haitianos, sírios, venezuelanos, congoleses e outros, e da conjunta tomada de posição ativa das universidades e instituições congêneres.

Dar aula de português brasileiro no PBMIH, isto é, do português voltado às situações concretas vividas pelos imigrantes no Brasil, significa tomar conhecimento sobre suas culturas, seus desafios, seus esforços por aprender, mas também de toda a violência e hostilidade a que estão expostos aqui, a saber, sobre a violência no trabalho, a violência doméstica ou na vizinhança do bairro: “[Um dia uma das alunas] tava com muita dor, não quis dizer por quê. Depois vi que ela tava com o braço quebrado. Depois disso me ofereci para acompanhar toda aluna do projeto para dar queixa na delegacia”.

É tomar conhecimento da fome e do cansaço por terem vindo a pé até a faculdade por não terem dinheiro para a passagem de ônibus, da quase hipotermia do organismo caribenho inapto ao frio curitibano, das detenções arbitrárias de documentos e pertences pelo empregador, das condições análogas à escravidão, e, claro, do aferrado racismo e xenofobia congênita à sociedade brasileira: “Teve casos de eu tirar comida da bolsa e dar pro aluno por que ele tava fraco, por que não tinha comido nada o dia inteiro”.

Em resumo, tem-se dois tipos de instituições que marcam presença na ausência das políticas públicas tocadas diretamente pelo Estado, um tipo acolhedor, outro exploratório. Ao longo da pesquisa, esses tipos foram trabalhados como pertencendo às duas esferas que recortam e refletem o funcionamento da sociedade capitalista: a esfera do estado e a do mercado. O

último, referido anteriormente na figura dos empregadores dos imigrantes, e o primeiro, ao qual pertencem o PBMIH e o PMUB, como a parte do Estado não sequestrada pelo mercado, a que se tem denominado a sua mão esquerda, a saber, as instituições, órgãos, ministérios, secretarias destinadas ao cuidado e ao bem-estar social, à saúde e à educação, à segurança no trabalho, às políticas de reinserção e auxílio.

É interessante observar, uma vez mais, o movimento dos membros do PBMIH, suas ações e percepções dentro do espaço objetivo em que se situam. Desde o início, atuando como proponentes de uma política voluntarista de autorresponsabilização pela questão migratória que os afrontou e ainda os afronta, os agentes que se oferecem a esse trabalho o fazem a partir das frações marginais (no sentido social e político) do social, caso comum entre aqueles que se ocupam do migrante e outros tantos seres marginais. Dito de outro modo, os imigrantes, vivenciando e personificando os espaços marginais da sociedade capitalista global, refletem essa marginalidade no circuito de atores e instituições que os acodem, e vice-versa: os profissionais que, pela natureza social de seu trabalho estão posicionados nas margens, tendem a trabalhar sobre questões e objetos também marginais, e aí se encontram com os migrantes.

É o que Bourdieu trouxe para a análise dos espaços sociais, denominando essas relações de correspondência de *efeitos de homologias*, ou *homologias estruturais*, compreendendo por isso a simples tendência de que agentes posicionados em determinadas regiões específicas de um dado universo social estabeleçam relações com os agentes que ocupam regiões equivalentes em outros universos. São, por exemplo, os periféricos e/ou dominados na hierarquia do campo jurídico (defensores públicos, advogados trabalhistas) que destinam seus serviços aos dominados do campo econômico (moradores de rua, trabalhadores terceirizados); no campo universitário, são as ciências humanas que se destinam aos marginais do campo econômico e cultural, e assim por diante.

Essa relação objetiva que se estabelece entre agentes de diferentes espaços sociais, na medida em que ganha permanência e duração, manifesta-se subjetivamente na força de identificação e afinidade, isto é, na troca de percepções e representações próximas sobre o mundo, no intercâmbio de gostos e interesses.

Pois, em nosso caso, desde o início, os migrantes acionam instituições relativamente periféricas na sociedade: são os movimentos sociais, as ONGs, associações pastorais, periféricas no campo econômico e social; depois são as letras e as ciências sociais, então periféricas em relação ao campo da universidade. E mesmo quando estes migrantes chegam às instituições relativamente centrais, tendem a se alocar nas frações marginais desses campos: é o exemplo de mulheres e homens haitianos auxiliares e técnicos terceirizados no serviço público do Estado, os enfermeiros ou cuidadores de idosos na saúde privada,¹⁴ cozinheiros ou faxineiros nos restaurantes luxuosos de Santa Felicidade ou no Museu do Olho,¹⁵ pedreiros, pintores, soldadores na construção dos estádios da Copa do Mundo;¹⁶ “Me chamam quando o cliente fala espanhol ou francês, mas nunca me deixam fechar a conta nem levar a máquina [para pagamento com cartão]”, relatou um haitiano que trabalhava como garçom em um restaurante de Curitiba.

O mesmo modelo de construção por homologias, ou seja, da apreensão de continuidades, padrões e regularidades sob a aparência de diferenças aleatórias, pode ser aplicado na escala do corpo individual e seu universo subjetivo, isto é, seu interior socialmente constituído. É dizer que, no caso dos membros do PBMIH, poderíamos buscar correspondências entre sua localização e as demais instituições sociais, e a localização das disposições subjetivas de

14 Ver link (acessado em 2023) <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/unidade-da-fas-integra-haitianos-a-comunidade-na-regional-cic/48508>.

15 Um dos haitianos que trabalhou como garçom no MON foi entrevistado por mim. Algum tempo depois, ele conseguiu ser promovido a segundo chefe de cozinha, mas pouco tempo depois foi demitido. Caso análogo é o de Denise, , que sempre trabalhou na cozinha do restaurante e logo depois que foi promovida, acabou sendo desligada do trabalho (ver: <https://medium.com/@jornalcomunicacao/do-haiti-para-o-mon-3087b2d7ff87>).

16 Ver link (acessado em 2023) <https://www.nsctotal.com.br/noticias/haitianos-trabalham-na-reforma-da-arena-da-baixada-para-o-mundial>.

seus agentes (seus componentes sensíveis, emocionais e cognitivos) entre as disposições sociais predominantes.

Dito de outro modo, se elaborarmos um mapa sobre a realidade global capitalista do Brasil ou de Curitiba e outro mapa dos indivíduos dessa realidade, levando em conta sua subjetividade e organizando aí suas disposições pessoais físicas e sensíveis, para em seguida compará-los, veremos que, em ambos os casos, o PBMIH, seus agentes e disposições ocupariam as margens ou os níveis inferiores das hierarquias institucionais e disposicionais.

Isto é, tanto o trabalho com os migrantes e refugiados é relegado ao segundo plano em uma sociedade que tem em seu centro instituições de caráter econômico-financeiro, quanto as disposições que tornam possível esse trabalho, que o animam e o mantêm, são desvalorizadas em meio àquelas que sustentam ações com fins econômicos e, porque não dizer, mais lucrativas e menos dispendiosas. As primeiras são as disposições para a empatia e alteridade, de sensibilidade com uma causa coletiva, o compromisso com certa noção de democracia e justiça, a boa vontade cultural etc., enquanto as últimas são o seu contrário.

Referências

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil**. Subsídios para elaboração de políticas. Resumo executivo, 2019.

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haitienne: vers l'emergence d'un territoire de la dispersion? *In*: CÉLIUS, Carlo A. **Le défi haitien**: économie, dynamique sociopolitique et migration. Paris: L'Harmattan, 2011, p. 193-212.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T de; ARAUJO, Dina; TONHATI, Tania. **Relatório Anual 2017**: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Série Migrações. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais/ Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração / Coordenação Geral de Imigração, 2017.

FRIEDRICH, Tatyana e BENEDETTI, Andréa. A visibilidade dos invisíveis e os princípios de proteção aos refugiados: notas sobre os acontecimentos recentes. In: **Refúgio e hospitalidade** / Organização de José Antônio Peres Gediel e Gabriel Gualano de Godoy. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

GABRIEL, Maria.; PEREIRA, Viviane A.; DAHER, Cláudia Helena.; SILVA, Maria Cristina. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): ações, reflexões e reverberações. In: GEDIEL, José Antônio P.; FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Movimentos, memórias e refúgio**: ensaios sobre as boas práticas da Cátedra Sergio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: InVerso, 2020, p. 104-111.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, Thaís. **O Haiti é aqui**: comunidades imaginadas e o direito humano à nacionalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RUANO, Bruna P. **Programa Reingresso-UFPR - aproveitamento de vagas remanescentes para a reinserção acadêmica de migrantes e refugiados: ações de acolhimento**. Tese (Doutorado em Letras) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RUANO, Bruna; LOPES, Sérgio. Programa Reingresso da Universidade Federal do Paraná: avaliação em contexto de migração e refúgio., Brasília, v. 32, n. 104, p. 89-101, jan./abr. 2019a. VILLEN, Patricia. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.